

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012265-75.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Liminar**
 Requerente: **Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda**
 Requerido: **Link Comercial Importadora e Exportadora Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES LTDA ajuizou a presente **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO EM CARATER ANTECEDENTE** em face de **LINK COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA** e **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**, todos devidamente qualificados nos presentes autos.

Aduz a autora, em síntese, que em 15/09/2017 comprou da corré "Link Comercial", uma roda de aço, no valor de R\$ 7.107,00, para pagamento em 03 parcelas (com emissão de boletos), sendo a primeira para o dia 16/10/2017 e as demais nos meses subsequentes. Ocorre que mesmo tendo efetuado o pagamento da primeira parcela na data prevista (conforme documento de fls. 25), foi surpreendida com o recebimento da notificação de protesto por falta de pagamento, tendo como sacador a empresa acima referida e como endossatário o corréu Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. Juntou documentos.

A sustação do protesto foi deferida pela decisão de fls. 36.

A inicial foi emendada às fls. 106/112, e incluído pleito de

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

declaração de inexigibilidade do título, a sustação definitiva do protesto e a condenação das requeridas no pagamento de indenização por danos morais.

O correquerido Banrisul apresentou contestação às fls. 52/54, complementada a fls. 122/138, alegando preliminar de falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva. No mérito, argumentou que não possui qualquer responsabilidade no evento narrado e que mantém relação com a corré Link Comercial e não com a autora. Pontuou a inexistência de danos morais e pediu a improcedência da ação.

A corré Link Comercial contestou às fls. 144/155 argumentando que a indicação ao protesto se deu por culpa exclusiva da instituição financeira a quem coube apontar o título. No mais, rebateu a inicial, impugnou a existência de danos morais e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica a fls.200/201.

As partes foram instadas a produzir provas. A autora e a corré Link Comercial peticionaram mostrando desinteresse e o corréu Banrisul permaneceu inerte.

É o relatório.

DECIDO antecipadamente por entender completa a cognição e diante do desinteresse das partes em outras provas.

A duplicata é um título causal e, por consequência, sua emissão está condicionada a efetiva prestação de um serviço ou à entrega da(s) mercadoria(s) consubstanciadas em um negócio, sob pena de nulidade.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A nota emitida (e trazida pela própria autora), exibida a fls. 23/24 indica ter ocorrido entre as partes uma negociação de compra com previsão de pagamento parcelado.

A corré Link Comercial diz que o título foi levado a protesto por culpa da Casa Bancária, a quem delegou a cobrança; assim que tomou conhecimento do protesto (por email enviado pela autora, no dia 09/11/2017) entrou em contato com o Banco Banrisul solicitando providências.

Sobre eventual impontualidade da autora nada disse.

Temos assim confissão expressa de que o título foi enviado a protesto por equívoco, do agente cobrador, contratado pela vendedora/sacadora. .

Na sequência, o título não chegou a ser protestado porque o Banco Banrisul procedeu a sua retirada (é o que consta da informação prestada pelo Cartório de Protesto a fls. 22).

Assim, é evidente a procedência do pleito declaratório.

Já o pleito indenizatório não merece acolhida, uma vez que a caracterização do dano moral nessas hipóteses fica na dependência da concretização do protesto, que não ocorreu *in casu*.

Não há nos autos prova de que tenha ocorrido descrédito público da requerente com o irregular agir dos réus.

Ela própria juntou comprovante de pagamento (fls. 24) do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

título apresentado em cartório no prazo especificado na notificação de fls. 22.

Some-se que Ofício expedido pelo Cartório de Protesto é claro ao informar que o título não chegou a ser protestado porque o apresentante Banco Bradesco S/A promoveu sua retirada sem maiores consequências (a respeito confira-se fls. 214).

Assim, não foi dada publicidade ao protesto e nenhuma restrição foi lançada sobre os dados da autora; o dissabor por ela experimentado não é capaz de gerar menoscabo a honra e a dignidade.

Nesse sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL – DANOS MORAIS – AUTORA PESSOA JURÍDICA – COBRANÇA DE VALOR JÁ PAGO – AUSÊNCIA DE PROTESTO OU NEGATIVAÇÃO OU DE DEMONSTRAÇÃO DE OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO FATO – EXAME DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO – PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS IMPROCEDENTES – Ainda que reconhecido que houve cobrança indevida, diante da prova trazida pela autora de que já havia realizado o pagamento e, embora tenha sido apontado o título para protesto, este não se efetivou e não houve também negativação em cadastros de órgãos de proteção ao crédito, não sendo, ademais, demonstradas outras consequências do fato para a pessoa jurídica, o que deve estar relacionado à sua reputação e o seu conceito no mercado, junto a seus clientes e demais pessoas com quem se relaciona – Dano moral que não se presume no caso e não restou demonstrado – Recurso parcialmente provido (TJSP, Apelação 0902183-56.2012.8.26.0176, DJ 02/02/2016).

Mais, creio, é desnecessário apresentar.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pleito inicial para **DECLARAR A INEXIGIBILIDADE** da duplicata mercantil nº 311683/1 (protocolo 385728-07/11/2017-96).

Por outro lado, **JULGO IMPROCEDENTE o pedido de danos morais.**

Sucumbentes em maior grau, arcarão os réus com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 2.000,00.

Transitada em julgado essa decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos do artigo 523 e ss do CPC.

P.I.

São Carlos, 03 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**